



# Pelas veredas da memória: trajetória política e resistência de Iracy Silva Picanço (1959-1966)

The paths of memory: political trajectory and resistance of Iracy Silva Picanço (1959-1966)

*Alline Jesus Pimentel*<sup>1</sup>  
*Teresa Sacchet*<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo objetivou investigar a trajetória política de Iracy Picanço da sua entrada no movimento estudantil (1959) ao exílio (1966). Partindo do uso das memórias da própria Iracy que aparecem sob o formato de história oral, a análise se volta para o ingresso da militante revolucionária na política e para como a vida de Picanço foi afetada durante o golpe e o início do regime empresarial-militar brasileiro. A história é marcada pelo apagamento das experiências das mulheres e suas contribuições em momentos políticos importantes. O resgate da memória da militante baiana contribui, nesse caso, para o avanço do conhecimento a respeito da vida e da participação das mulheres na história e política brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iracy Picanço. Memória. Ditadura. PCB.

## ABSTRACT

This paper aims to investigate the political trajectory of Iracy Picanço from her entrance into the student movement (1959) to exile (1966). We start from Iracy's memories as they appear in accounts of oral history. Then, we analyze the revolutionary militant entrance into politics and how her life was affected during the coup and the beginning of the Brazilian business-military regime. History is marked by the erasure women's experience and contribution to critical political times. The rescue of the memory of this political activist from Bahia contributes, in this case, to the advancement of knowledge about the life and participation of women in Brazilian history.

**KEYWORDS:** Iracy Picanço. Memory. Brazilian Dictatorship. PCB.

\*\*\*

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em História pela mesma instituição. É vinculada ao Grupo Internacional de Pesquisa *Countering the Backlash: Reclaiming gender justice do Institute of Development Studies (IDS/University of Sussex)*. E-mail: [pimentelalline@gmail.com](mailto:pimentelalline@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Ciência Política pela Universidade de Essex, no Reino Unido, e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). É Professora/pesquisadora do PPGNEIM, Universidade Federal da Bahia e pesquisadora sênior do Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara dos Deputados. Pesquisa principalmente temas relacionados a Instituições, partidos políticos, cotas, financiamento eleitoral, políticas públicas, representação e ação política, com enfoque em questões de gênero e raça, sobre os quais tem publicações no Brasil e exterior. E-mail: [teresa.sacchet@gmail.com](mailto:teresa.sacchet@gmail.com)

## Introdução

Nos últimos anos, vêm despontado progressivamente pesquisas dedicadas a entender a história das mulheres e/ou do feminismo de caráter comunista, seja através do estudo das trajetórias militantes (TAVARES, 2003; ABREU, 2010; REIS, 2015) – como é o caso do artigo em questão –, seja através de pesquisas relacionadas às organizações de mulheres comunistas (TAVARES, 2003; BACK, 2013; LOBO, 2017;; ALVES, 2020). Em “*A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*”, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) destacam alguns elementos fundamentais para entender o crescente número de trabalhos responsáveis por fundar um campo da História das Mulheres, quais sejam: a reformulação de paradigmas científicos e o advento de novos objetos e procedimentos de pesquisa no campo.

Entretanto, estas pesquisas ainda não compõem o campo majoritário desta historiografia. Durante o século XX, sob o olhar retrospectivo de diversos egressos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), muito se produziu sobre a memória de militantes homens dirigentes do partido (LOBO, 2017), cujas publicações em variados momentos e sob diversos formatos, deram conta de suas histórias, feitos, obras e trajetórias (BASBAUM, 1976; BARATA, 1978; VINHAS, 1982; FALCÃO, 1988;). Por outro lado, o conhecimento produzido sobre a base feminina das comunistas brasileiras ainda é diminuto e carece de elucidações, não somente pela insuficiência de produções que dão conta dessas trajetórias, mas principalmente porque as principais produções sobre a memória do PCB não se preocuparam com a participação da militância feminina no decorrer de suas narrativas (ALVES, 2015). Como demonstrado por Iracelli Alves (2020) em “O ‘Não Lugar’ das Mulheres na Memória e na História do PCB”, os significados dos silêncios e da invisibilização das mulheres como sujeitas na militância comunista vem sendo compreendido como parte de um movimento de apagamento presente na relação mulher/política (ALVES, 2017).

Indo no sentido contrário dessas produções, este artigo objetiva resgatar pela primeira vez a trajetória da comunista baiana Iracy Picanço, professora primária durante a juventude e militante comunista da base<sup>3</sup> do Partido Comunista Brasileiro. Este artigo está voltado para o ingresso de Iracy na política, suas posições e contribuições durante o período analisado, e ainda para como a militante revolucionária teve sua vida e a de sua família atravessada durante um dos períodos mais difíceis da sociedade brasileira e das organizações de esquerda no Brasil: a ditadura empresarial-militar<sup>4</sup>.

Para isso, a utilização das fontes orais/da memória foram essenciais. Estas têm se apresentado com uma alternativa que possibilita um novo olhar sobre a História, com novas questões, problematizações e principalmente novas “reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas” (DE FREITAS, 2006, p. 15). Esse olhar aqui referido é responsável por demonstrar como a produção e a reprodução da vida social vai além daquilo que se associa ao que Enzo Traverso chamou de *memórias fortes*<sup>5</sup> (TRAVERSO, 2012), mas também é indissociável em todos os aspectos do que foi construído, produzido, organizado por aqueles/as que foram por vezes esquecidos/as, vencidos/as, criminalizados/as e/ou escondidos/as. O avanço do debate teórico instaurado pelas novas formas de investigação tem possibilitado um campo promissor em torno da recuperação da trajetória política e intelectual dessas pessoas.

Por isso, neste trabalho as memórias individuais<sup>6</sup> de Iracy Picanço assumem um lugar central. Foi feito uso daquelas que aparecem sob o formato de história oral em três principais depoimentos e entrevistas disponíveis: a oitava da *Comissão Milton Santos de Memória e Verdade 2014*, a entrevista

---

<sup>3</sup> Estamos chamando de “base” os membros que não ocupavam cargos de direção no PCB.

<sup>4</sup> Nesse trabalho assumiremos a terminologia empresarial-militar para nos referirmos ao golpe de 1964 e ao regime que lhe seguiu. Adotando uma linha interpretativa ligada ao clássico trabalho de René Dreifuss, “1964: A conquista do Estado” lançado em 1987, o qual localiza socialmente como principais atores do processo citado além dos militares, as elites empresariais nacionais e multinacionais.

<sup>5</sup> Enzo Traverso cunhou o conceito de memórias fortes para se referir às memórias oficiais, alimentadas pelas instituições e pelo Estado e o conceito de memórias fracas para se referir às memórias subterrâneas, escondidas ou interditas (TRAVERSO, 2012).

<sup>6</sup> Para Halbwachs (2003) a memória ainda que tida como pessoal ou individual não é passível de ser analisada descoladas das interações sociais ou mesmo do contexto social que a forja e a atualiza, pois para o autor, a memória individual é resultado de uma série de determinações coletivas.

realizada em 2011 para o projeto “*Memórias da Educação na Bahia*” e o depoimento para o projeto “*Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia*”.

A instauração da *Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA* (CMSMV) é produto da criação, mediante Lei 12528 (BRASIL, 2011), da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV). A CMSMV desenvolveu suas atividades de dezembro de 2013 a agosto de 2014, sendo formada por docentes, discentes e técnicos (CONSUNI, 2013). 29 pessoas prestaram depoimento a CMSMV, dentre elas Iracy em 20 de maio de 2014. É importante que seja considerado que Iracy era membro da comissão (compondo as representações docentes), elemento que ela problematizou no seu depoimento, argumentando que o fato de estar presente na CMSMV permitia a ela acesso às informações internas que poderiam agir no direcionamento da sua oitiva. O roteiro geral estabelecido pela comissão pedia para que os/as depoentes falassem sobre como foram atingidos/as pela ditadura, contassem momentos da sua vida, da sua trajetória política, indicando como a UFBA atuou no período, ressaltando fatos que fossem importantes e que fossem de pouco conhecimento público.

Já o projeto *Memórias da Educação na Bahia (compartilhando conhecimento)* foi uma iniciativa desenvolvida na Faculdade de Educação da UFBA pelo Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC) sob coordenação de Nelson Pretto e Maria Bonilla. Esse projeto, cujo objetivo foi realizar o levantamento da história de vida e da contribuição de educadores/as baianos/as, utilizou o formato de “vídeos-memória” para registrar depoimentos históricos. A entrevista com Picanço foi realizada e gravada nos estúdios do *ÉduCANAL* na Faculdade de Educação da UFBA em 21 de outubro de 2010.<sup>7</sup>

Com relação ao terceiro depoimento utilizado nessa pesquisa, o nascimento do projeto *Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia* foi

---

<sup>7</sup> Todos os depoimentos para o projeto *Memórias da Educação na Bahia* estão disponíveis no link: <https://noosfero.ufba.br/memoria-da-educacao-na-bahia>

um projeto desenvolvido pela Fundação Pedro Calmon (FPC) voltado para a História Oral que coletou depoimentos de ex-militantes que participaram das lutas políticas na Bahia.<sup>8</sup> Foram entrevistados três ex-militantes do PCB, Othom Jambeiro, Aton Fon e Iracy Picanço, que teve seu depoimento gravado em sua residência, na manhã do dia 30 de janeiro de 2014, aos 74 anos, meses antes de realizar a oitava para a CMSMV.

Em relação ao uso das três fontes orais aqui apresentadas, assumimos as contribuições de Michael Pollak em *Memória e Identidade Social* (1992). Para o autor, a concepção de hierarquias que por vezes foi fomentada entre diferentes tipos de fontes faz parte de um positivismo ingênuo que não cabe ao historiador (1992), sendo mais fundamental o domínio da metodologia adequada para criticar os tipos de fontes com as quais se trabalha. Em vista disso, recuperar o passado por meio da trajetória existencial de Iracy é também estar atenta ao fato de que para a memória, de maneira geral, o mais importante é a dimensão do que foi experienciado, ou ainda a dimensão do que se resgata da experiência. É também o lembrar um procedimento da memória carregado de subjetividade, de alta carga afetiva e de atualizações, além de um processo imbricado à imaginação, a partir do qual são construídas imagens e novos significados como formas de mediar a relação do sujeito com a experiência vivida e a não vivida (BOYER, 2009). Destarte, levando em conta trabalhos que orientam metodologicamente a exigência técnica e epistemológica que esse campo determina<sup>9</sup>, essas memórias foram analisadas à luz da contraposição dos relatos de Iracy aos demais depoimentos e fontes escritas a fim de que a pesquisa consiga se aproximar da melhor maneira da complexidade da personagem.

Este artigo recupera a trajetória política de Iracy Silva Picanço entre os anos de 1959-1966, intervalo da entrada no movimento estudantil ao exílio circunstanciado pela história do PCB e pela especificidade do movimento estudantil. Através das fontes orais, dos relatórios das Comissões da Verdade Nacional, Estadual e da UFBA, da plataforma Projeto Brasil: Nunca Mais

---

<sup>8</sup> Os depoimentos estão disponíveis para consulta pública no Centro de Memória da Bahia.

<sup>9</sup> (THOMPSON, 1992; FERREIRA M. D., 1996; 1998; NABÃO, 2000).

(BNM) e dos jornais tradicionais da época<sup>10</sup> investigou-se qual a participação da militante na política e de que maneira, participando das lutas contrárias a ditadura, Iracy foi afetada pelo golpe e pelo regime empresarial-militar.

## 1. Quem foi Iracy Picanço?

Iracy Silva Picanço<sup>11</sup> nasceu em 17 de fevereiro de 1939 na cidade de Salvador e faleceu em 30 de março de 2019. Filha de mãe e pai baianos, durante suas entrevistas, abraçou suas origens como sendo “filha das camadas proletárias”<sup>12</sup>. Seu pai, Cândido Delfino da Silva, homem de baixa escolaridade e cobrador de bonde<sup>13</sup>, foi um trabalhador organizado na sindicância e defensor do getulismo trabalhista<sup>14</sup>. Com isso, foi a principal influência na formação política e no incentivo ao engajamento político da filha. Sua mãe Anifelice de Castro, ainda que também de origem das camadas populares, foi a responsável pelas influências de formação intelectual, principalmente porque o pai de Anifelice mantinha uma biblioteca em casa, de onde foram extraídas as primeiras leituras de Iracy, certamente importante na formação daquela que viria a ser não somente uma professora como também uma acadêmica de reconhecimento<sup>15</sup>.

---

<sup>10</sup> Salvador possuía quatro jornais diários. Os diários associados (o ‘Diário de Notícias’ e ‘Estado da Bahia’, que eram antigos porta-vozes da UDN) e A Tarde, de postura conservadora, combatiam o Governo Jango e apoiaram o Golpe. O Jornal da Bahia, que reunia jornalistas progressistas e defendia as reformas de base de Jango, foi atingido imediatamente após o Golpe (na noite do dia 31 e madrugada do dia 1º). Apareceu com trechos em branco na primeira página e foi, talvez, o primeiro jornal do Brasil a estampar as marcas da censura. A edição de 1ª de abril de 1964 foi veiculada sem a manchete, retirada pelo exército na madrugada do golpe.

<sup>11</sup> Durante a investigação foi encontrado no Arquivo Público do Estado da Bahia, um requerimento judicial de abril de 1959, a partir do qual Iracy consegue alterar seu registro de nascimento de Iraci Castro e Silva, para Iracy Castro Silva. Isso explica em alguma medida a dificuldade de encontrar citações referentes a ela, visto que os nomes nos documentos levantados na pesquisa aparecem sob diversas formas de escrita. Nesse trabalho faremos o uso do sobrenome Picanço (sobrenome adotado pós casamento) em virtude da relevância e do reconhecimento do sobrenome associado à figura de Iracy.

<sup>12</sup> Nas três fontes orais utilizadas nesse artigo, Iracy Picanço usou o termo “filha das camadas proletárias” para referir-se à sua história.

<sup>13</sup> Na década de 40, o bonde era o principal transporte na capital baiana. Gerido pela companhia circular da Bahia, subsidiária da *Light S.A.*, empresa de capital canadense. Os episódios de greve e luta por direitos defendidos pelo pai marcaram a infância das crianças na família.

<sup>14</sup> Para Ângela de Castro Gomes o conceito trabalhismo dá ênfase “às ideias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais e com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas” (GOMES, 2002, P. 59).

<sup>15</sup> Iracy se tornou diretora da Faculdade de Educação da UFBA entre 2008-2009, além de ter em sua carreira especializações internacionais e diversas publicações.

O trabalho na vida de Iracy Picanço foi um elemento muito presente desde muito nova por força das próprias necessidades materiais. Aos doze anos no bairro da Liberdade onde nasceu, já era professora leiga,<sup>16</sup> tendo desse modo educado crianças de baixa renda. Aos quinze foi convidada por Augusto Lopes Pontes<sup>17</sup> para ser professora na Escola Municipal Abrigo dos Filhos do Povo. Nesse momento, ainda muito jovem, foi professora de homens e mulheres mais velhos durante a noite e lá se manteve por alguns anos. É nesse contexto que, após a sua formação na Escola Normal, Iracy se tornou professora primária concursada na Escola Antônio Bahia. A partir daí deu os primeiros passos na inserção efetiva na luta política. A compreensão das dificuldades de acesso das classes populares à educação pública e às irregularidades administrativas em relação à educação primária foram situações que tiveram implicações direta na sua tomada de consciência e consequente organização sindical na Sociedade Unificadora dos Professores Primários<sup>18</sup>, como relatado durante a 12ª oitiva à Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Aliado a isso, o seu ingresso na universidade no curso de pedagogia foi o segundo fator de impulsão à organização partidária no PCB e à militância no Movimento Estudantil entre 1959 e 1962.

## 2. A militância de Picanço

Os anos de ingresso de Iracy na política foram marcados por um momento relevante à história do PCB. Já decorria no partido um impacto muito sério causado pela “*Declaração de Março de 1958*”<sup>19</sup> que acabou agravando as divergências entre as frações que vinham se afastando cada vez

---

<sup>16</sup>Professora leiga é o termo utilizado pela própria Iracy para definir sua atividade educadora durante esse período.

<sup>17</sup> Pai de Irmã Dulce, recentemente canonizada pelo vaticano, Augusto Lopes Pontes foi professor de odontologia da Universidade Federal da Bahia e idealizador da escola Abrigo dos Filhos do Povo.

<sup>18</sup> A SUPP foi uma organização sindical de professores primários na Bahia e passa a ser reconhecida como de Utilidade Pública, pela Lei Estadual nº 327, de 27 de outubro de 1950, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 1º de novembro de 1950.

<sup>19</sup> Segundo Anita Leocádia Prestes (1980, pp. 216-217): “A ‘*Declaração de Março de 1958*’ resultou de uma grave convulsão interna, que teve lugar no PCB após as denúncias contra “o culto da personalidade” feitas no XX Congresso do PCUS (...). Algumas mudanças tiveram lugar na tática, que passou a ser a da luta por um governo nacionalista e democrático, na visão de um possível ‘caminho pacífico’ — tese proveniente do XX Congresso do PCUS — numa maior preocupação com o movimento de massas em geral e com o movimento nacionalista então em desenvolvimento, em particular”.

mais do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Além disso, foi também a *Declaração de Março* e o *V Congresso do PCB* realizado em 1960 que marcaram o início de uma nova fase de atuação dos comunistas, que romperam com o isolamento, e colocaram o partido num período de ação semilegal. Com Jango vitorioso primeiro como vice (1960) e posteriormente proclamado presidente<sup>20</sup>(1961-1964), as relações foram se estreitando através das reuniões com os dirigentes comunistas como demonstrou Jacob Gorender, em seu importante livro sobre esse período político, *Combate nas Trevas* (1987). Nesse movimento o PCB ganhou força, teve uma maior inserção nos movimentos de massa, estava fortalecido nos sindicatos e deu um salto no sistema político (SANTANA, 2020). O início dos anos 60, foi o momento de maior influência política do PCB, que ganhava terreno em associação aos trabalhistas e com a ascensão do tema da revolução brasileira na sociedade.

Como já mencionado anteriormente, o lugar de atuação de Iracy na política baiana foi o movimento estudantil (ME). O ingresso em 1959 na Universidade da Bahia (UBA)<sup>21</sup> para cursar pedagogia, foi a sua porta de entrada para a vinculação ao PCB ao escolher militar entre as fileiras da Juventude Comunista. No começo da atuação de Iracy no ME, Salvador era um polo da força política estudantil, seja pela vitória de um baiano à presidência da UNE, pela escolha da cidade como sede para o *I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior* em 1960 e para o *I Seminário Nacional de Reforma Universitária* (SNRU) em 1961, que contaram com delegações de vários estados na capital baiana, ou pela relevância da UBA nas discussões a respeito da reforma universitária, pauta que se tornou mais central para o ME à época. (SANTANA, 2014).

Iracy contribuiu para a construção de ambos os seminários e segundo seu depoimento ao GEC, ajudou também na elaboração dos postulados da

---

<sup>20</sup> Em 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente com os votos de 5,6 milhões de brasileiros. Na época, a legislação eleitoral permitia chapas independentes para a presidência e seu vice. Por essa razão, João Goulart (PTB) foi reeleito vice. Alguns meses depois foi enviado pelo presidente à China em missão comercial e ainda nesse país, em 24 de agosto de 1961, recebeu a notícia de que Jânio havia renunciado. Jango só foi empossado presidente sob regime parlamentarista ao final de 1961 após longa campanha popular.

<sup>21</sup> A Universidade da Bahia foi federalizada em 1965 quando passou a chamar Universidade Federal da Bahia.



famosa *Declaração da Bahia* de 1961, a partir da qual ficava evidente a relação entre a reforma universitária e a urgência de uma reestruturação ampla da sociedade. Já em 1962 pouco depois do II SNRU, Iracy participou como secretária de organização do XXV Congresso da UNE realizado no Hotel Quitandinha em Petrópolis, entre os dias 15 e 22 de julho. Esse Congresso é bastante significativo por ter sido alvo de um atentado por iniciativa da Juventude Democrática e do Movimento Anticomunista, ambas organizações estudantis de direita, que atiraram indiscriminadamente na frente do Hotel onde acontecia o Congresso (CORREIO DA MANHÃ 22/07/1962, p. 9).

Ainda na passagem da década de 50 para a de 60 e durante o período em que ocorreram todos esses seminários e congressos, a ascensão do Partido Comunista Brasileiro, a “frente única” defendida na declaração de março de 58 e a ênfase no caráter nacional democrático associados à efervescência cultural apontada por Roberto Schwarz (1978) contribuíram para um debate que influenciou no modo de se produzir e pautar a cultura popular da época, a exemplo do Cinema Novo, da Bossa Nova, do Teatro Arena, entre outros. Já na universidade brasileira, essa efervescência aliada as outras determinações foram sintomas do nascimento de uma experiência da qual Iracy foi peça fundamental na Bahia: a construção e execução do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC)<sup>22</sup>.

O CPC foi criado na gestão da UNE do baiano Oliveiro Guanais (1960-61) e tinha o objetivo de difundir, no meio estudantil e na sociedade, a arte engajada que tinha como centralidade apontar as questões sociais através dos modos de expressão artística (SANTANA, 2014). Articulando a luta política à luta educacional, o CPC defendia que a cultura popular deveria ser instrumento de educação política à maioria despossuída.

O lançamento do CPC na Bahia foi realizado no dia 5 de abril de 1962 (A TARDE 04/04/1962) e teve Iracy como uma de suas fundadoras, junto a Capinan, Johnson Santos, Geraldo Fidélis Sarno, Nemésio Sales, os quais se

---

<sup>22</sup> Para entender melhor o Centro Popular de Cultura da UNE, ver: Berlink (1984).

reuniam na sede que Dr. Lafaiete Pondé<sup>23</sup> conseguiu viabilizar para abrigar o CPC (MOREIRA, 2017). Inicialmente, o CPC baiano esteve voltado para ações teatrais e musicais. Na maior parte do país onde o organismo existia, os/as militantes se deslocavam por diversos meios de transportes a fim de levar os espetáculos às favelas, sindicatos, locais de trabalho e moradia onde pudessem ser ouvidos pela população com o propósito de apontar os responsáveis pela exploração dos trabalhadores brasileiros (MORAES, 2011). Na cidade de Salvador, o CPC tentou atuar no convencimento das “massas” à eleição de Waldir Pires a governador da Bahia em 1962. Iracy relatou alguns episódios na oitiva à Comissão da Verdade da UFBA:

Na campanha de Waldir Pires, nós fizemos um teatro de rua popular, conseguimos inclusive até que a campanha nos desse um ônibus velho. Cortou-se atrás fazendo um palco e fomos para os bairros fazendo a campanha de Waldir, era também uma ação típica do movimento estudantil do PC [...]. A identidade popular era impressionante e isso não era feito aleatoriamente de maneira vazia, nós estudávamos para pensar em como levar a cultura ao povo e a cultura ser também um instrumento de inclusive se ganhar a eleição.

No entanto, o envolvimento de Iracy no CPC baiano se deu mais fundamentalmente nas ações voltadas ao programa de alfabetização, por uma série de razões. Professora há alguns anos, Iracy já tinha participado da campanha de alfabetização dos/as trabalhadores/as da limpeza e da cozinha no Hospital das Clínicas Edgar Santos, campanha essa comandada pelo então professor catedrático da Faculdade de Medicina Nelson Pires que convocou a União dos Estudantes da Bahia (UEB), da qual Iracy fazia parte, a alfabetizar esses/as trabalhadores/as. Além disso, como ainda será discutido aqui, ela já tinha sido aluna de Paulo Freire na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tendo, portanto, domínio do método e amizade com seu antigo professor, o qual foi convidado a ministrar o curso de preparação para

---

<sup>23</sup> Dr. Lafaiete Pondé à época era diretor da Faculdade de Direito e mais tarde se tornou reitor da Universidade Federal da Bahia.

a equipe central da Bahia, que realizou a aplicação do programa de alfabetização em Feira de Santana em 1963, como contou na oitava:

Desde a primeira hora, atuei decisivamente no braço de educação do CPC [...] nós construímos o braço da alfabetização. Começamos um processo em Feira de Santana, quando do prefeito Chico Pinto e alfabetizamos o bairro do Queimadinho, eu me lembro. Até que a ditadura veio e acabou tudo [...] estávamos começando o processo de alfabetização em Salvador quando a ditadura chega, estávamos selecionando professores. [...] fizemos, um pouco antes do golpe realmente se situar, a seleção no Balbininho, muita gente se inscreveu para ser alfabetizador, para a gente dar curso, e estranhamente boa parte dessas pessoas foram chamadas até nos inquéritos que se instalaram aqui. Essas pessoas diziam “não, eu fui procurar um trabalho”, mas não pudemos construir, isso foi destruído pela ditadura. Esse é um lado do CPC, ele tinha outros âmbitos de arte, convivíamos com o melhor que tinha na minha juventude a época de arte e, sobretudo, na educação. Era uma participação ativa das meninas da Faculdade de Filosofia e ao mesmo tempo eu continuava atuando como professora na sociedade unificadora dos Professores Primários e vinculada ao PCB.

A militância política de Iracy esteve muito em torno da educação, muito embora, ela tenha estado presente não só em eventos educacionais, como os já citados acima. Exemplo disso foi a oportunidade que teve de conhecer a União Soviética em 1963, quando esteve entre a delegação de mulheres brasileiras que participaram do *VI Congresso Mundial de Mulheres*, que aconteceu entre 23 e 29 de junho, organizado pela Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM) e contou com a participação de 119 países. Segundo os estudos de Anna Kadnikova (2011), o fato de Valentina Tereshkova ter se tornado a primeira mulher do mundo a ter ido ao espaço poucos dias antes do congresso levou a mídia soviética e o discurso oficial do Estado a ligar os dois eventos evidenciando uma forte mensagem ao mundo: de que a União Soviética foi o Estado que mais apoiou as mulheres em direção a sua emancipação. O processo de investigação demonstrou que esse foi o sexto congresso realizado e ocorreu como parte do enquadramento das

políticas de coexistência pacífica e concorrência pacífica, promovidas por Nikita Khrushchev (1955 a 1964) no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 (KADNIKOVA, 2011).

A repercussão nos jornais baianos tanto da conquista de Valentina Tereshkova, quanto do Congresso Internacional de Mulheres, que ocorria no Kremlin, foram evidentes. No dia 27 de abril de 1963 foi noticiado no A TARDE a possibilidade de Valentina visitar o Brasil a convite da União Nacional dos Estudantes. Para a imprensa baiana o Congresso se destacava pela grande disputa sino-soviética<sup>24</sup>, mas principalmente pela nova propaganda soviética, que destacava as possibilidades que tinham as mulheres na URSS em contraposição às mulheres do mundo ocidental. O Brasil foi responsável por mandar 54 brasileiras a Moscou, se constituindo como a maior delegação. Isso inclusive, corroborava com o prestígio que Goulart dispunha na URSS, como foi relatado pelas delegadas ao retornarem do Congresso (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 17/07/1963, p7).

O Congresso teve seu final adiantado em função das várias tensões entre as posições divergentes dos países em relação à política de coexistência pacífica. Iracy pontuou que foi convidada para ir à China por pessoas da delegação desse país, mas que não pode aceitar por compromissos já assumidos no Brasil com o movimento estudantil. Ela explica:

Lá estavam Clara Charf, companheira de Marighela, Nieta Campos da Paz, Zilda Paim (...). Lá estavam também 22 chinesas lideradas pela companheira de Mao Tsé-Tung e eu tive o prazer de estar próxima, sem quase poder falar pela distância linguística, mas vi as chinesas nos convidarem, coisa que fizeram para várias delegações, para irmos à China, a convite delas. Mas eu não fui, porque aqui começava dias depois do Congresso o Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido (PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS, 2014).

---

<sup>24</sup> A disputa sino-soviética existia em torno dos diferentes modelos de comunismo assumidos pelo estado chinês frente ao estado soviético. Documentos do Congresso demonstram que a delegação de mulheres chinesas atacou fortemente as divergências ideológicas e práticas da política assumida pela URSS. Para entender melhor a disputa ver: Bordone, 1979

O Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido, realizado em Salvador entre 7 e 14 de julho de 1963, foi organizado pela UNE e pela UEB e recebeu milhares de estudantes do Brasil e do mundo. Esse seminário foi alvo de muitos ataques da imprensa conservadora baiana, principalmente por ser voltado às discussões de questões pautadas pelos movimentos de esquerda, como a luta de emancipação nacional, o desenvolvimento, a paz, o imperialismo, e a opressão. Diante disso, rapidamente foi intitulado como “*O Seminário da Subversão*” (A TARDE, 05/07/1963, p. 2). Os dias que antecederam deram lugar a uma série de manchetes que denunciavam o evento, a exemplo “*Reedição do Congresso Pró Cuba*” (A TARDE, 03/07/1963, p. 8)., “*Une faz subversão com dinheiro público*” (DN, 03/07/1963, p.3), “*Certame Comunista*” (DN 04/07/1963, p.3). Não à toa a posição do então governador Lomanto Júnior foi também elemento central de atenção da imprensa e das forças políticas; o Governador que recebeu imenso apoio por ter declarado inicialmente que não iria subsidiar nenhum custo ao seminário (DN 04/07/1963, p.4), ao mudar de opinião, imediatamente tornou-se “cúmplice do mesmo crime” e teria ficado sem cobertura política (DN 06/07/1963, p.1). Iracy participou ativamente como uma das organizadoras desse evento, que teve uma relevância significativa para o movimento estudantil baiano, recebendo delegações de boa parte do país bem como de África, Ásia, América Latina e Europa.

### **3. A vida de Iracy durante o golpe e o início do regime empresarial-militar**

Mesmo antes do golpe, a vida partidária de Iracy no PCB esteve atrelada com a vida pessoal, geralmente como consequência de uma prática do partido de influenciar ou procurar direcionar a atuação de seus quadros. Isso fica evidente em dois momentos sequenciados relatados por Iracy referentes à sua ida e estadia em Pernambuco. Após a conclusão da graduação em pedagogia, em 1962, Iracy realizou uma Especialização em Programação Educacional na SUDENE, onde foi aluna de Paulo Freire, Chico de Oliveira e

Celso Furtado. A sua ida à SUDENE foi uma decisão coletiva que contou com alguns desacordos, como contou ao projeto Memórias Reveladas:

Era o primeiro curso na área de educação, passei na seleção para bolsista e comuniquei ao partido que eu ia levar de 3 a 4 meses lá [em Pernambuco], mas eles discutiram e decidiram que eu não ia, porque o partido precisava de mim aqui. Aquilo me molestou demais, porque o centralismo democrático não dava conta disso. Quem me ajudou a reabrir a discussão foi Marighella, eu contei para ele “que absurdo estão dizendo, onde eu estiver eu sou a mesma militante do partido e o partido precisa de quadros qualificados no âmbito do estado.” Felizmente, essa discussão foi reaberta e eu fiz meu curso.

Tendo concluído esse curso, ela foi indicada pelo PCB a compor a secretaria de educação do governo Miguel Arraes, fato comum na época, como demonstra Luís Carlos Prestes em entrevista a Dênis de Moraes:

O Partido em Pernambuco tinha uma espécie de cabide de empregos no governo do Arraes. Era errado porque desmoralizava a direção do partido estar pedindo emprego. O Arraes empregava quem ele podia. Tanto no governo do Estado quanto na prefeitura do Recife (MORAES, 2011, p. 266).

Ao retornar de Recife a Salvador, depois de recusar a indicação do partido à integração na secretaria do governo Arraes, foi integrada para trabalhar na execução do Plano Trienal de Educação (PTE), conduzido por Celso Furtado no cargo de ministro Extraordinário de Planejamento, junto com San Tiago Dantas (SANTOS, 2019). Na Bahia, o PTE-1963 foi coordenado pelo professor Joaquim Batista Neves, que convidou Iracy para trabalhar na execução. O PTE aprofundou o diagnóstico da situação educacional brasileira, propondo diretrizes de governo, considerando as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 1962, como a ampliação das matrículas para o ensino primário e definição de uma política de formação e valorização do magistério (SANTOS, 2019). Foi exatamente em atuação no Plano Trienal que Iracy viveu sua primeira situação de perseguição pelas forças repressivas já na primeira semana de abril de 1964.

Em 1964 – com alguns segmentos bastante empolgados com a possibilidade da efetivação das reformas de base do governo João Goulart – foi encerrada a experiência democrática iniciada em 1945 e iniciado um longo período na vida do país, principalmente na vida daqueles/as que estavam inseridos/as nos movimentos políticos de esquerda. Depois de um extenso conjunto de determinações que trabalharam no fomento à narrativa anticomunista<sup>25</sup>, o golpe se instalou e se autolegitimou, nascendo com o objetivo de segundo o Ato Institucional nº 1 (1964)<sup>26</sup> “impedir a revolução comunista e a ação dos infiltrados não só na cúpula do governo como suas dependências administrativas.”

O Ato Institucional nº 1 foi responsável pela oficialização do novo regime em 6 de abril de 1964. O documento contava com 11 artigos, os quais já delineavam o tipo de governo que se estabelecia naquele momento. Além de pôr em vigor a realização de eleições indiretas para presidência e vice-presidência, o AI-1 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1964) permitia suspender direitos políticos, cassar mandados legislativos, e demitir ou aposentar compulsoriamente aqueles que fossem considerados oposição ao regime.

Desde a sua implantação, a ditadura causou reestruturações profundas no cenário nacional e, por conseguinte, em todas as regiões, estados e municípios. Na Bahia, desde o período anterior ao golpe de 1964, a desestabilização do governo de Jango acarretou uma série de manifestações. Em 1963, de acordo com Santana (2009) após o primeiro ano do governo de Lomanto Júnior, em Salvador, a luta entre os partidos opositores promoveu conflitos. A UDN, em associação com setores conservadores da Igreja Católica, organizou suas primeiras ações de rua, contrárias às políticas de Jango e as reforma de base (ARAÚJO, 2008). Dentre as primeiras que se destacaram

---

<sup>25</sup> O golpe empresarial-militar se deu em 1964 após forte articulação desses setores, que desde 1961 demonstraram não estarem dispostos a aceitar um governo reformista radical, quando Jango teve sua posse ameaçada. O enfraquecimento do governo se deu pela ação das elites que tiveram como seu núcleo ideológico o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), como também pelo apoio logístico e militar dos Estados Unidos da América, além dos já citados militares brasileiros, aqueles que iriam conduzir o novo regime instaurado (DREIFUSS, 1987).

<sup>26</sup> O arquivo em sua integridade se encontra no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)

esteve a grande marcha organizada pela Cruzada do Rosário em Família que defendia a luta dos católicos contra o comunismo (ARAÚJO, 2008). Estas cruzadas foram espécies de “Marcha da Família” nas quais se buscava reavivar e rememorar os valores cristãos de “Deus, Pátria e Família” contra a instalação do comunismo; nelas a participação de mulheres provenientes de camadas médias e altas foi preponderante (SIMÕES, 1985).

O PCB em uma decisão de manter a postura de enfrentamento pacífico, viu o processo que deu origem ao PCdoB<sup>27</sup> se multiplicar em uma série de “rachas” e no surgimento de muitas organizações, as quais andavam para uma linha política revolucionária armada e, por outro lado, faziam a leitura de que o PCB não viria a radicalizar a sua própria linha. Sobre esse episódio, Iracy explica se referindo a Marighela

Só mostram de Marighela aquele homem capaz de enfrentar tudo, de enfrentar a luta armada. Mas eu tenho um outro Marighela, o ser humano mais lindo de vivência, mais companheiro, mais amigo, quando era chamado de camarada não era meramente formal, era real. Após 64 ele entra na luta armada, entende que essa era alternativa para a derrubada do estado militar que se instituíra, coisa que eu não assumi. Sempre achei que não fosse essa a via, pós 64 continuei com o PCB.

Como já apontado, em 1964, Iracy trabalhava junto à equipe de execução do PTE, no bairro Dois de Julho, no quinto andar do atual prédio do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA. Na semana do golpe o PCB tinha orientado a militância a não ficar em casa, em função dos riscos de prisão. Iracy, dessa forma, estava no trabalho, quando foi avisada que, em frente ao prédio, teria um Jipe à sua espera, para prendê-la. Foi com a ajuda de Hermano Machado<sup>28</sup> que Iracy conseguiu fugir pelos fundos, abrigando-se em sua casa onde ficou escondida por alguns dias.

---

<sup>27</sup> O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi criado em fevereiro 1962 como uma dissidência do PCB. Liderada por Mauricio Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar, o racha se deu em função da discordância político-ideológica que se aprofundaram desde o processo conhecido como desestalinização.

<sup>28</sup> Hermano Palmeira Machado a época era professor da cadeira de ciências das finanças na Universidade da Bahia e trabalhava na execução do Plano Trienal da Educação.



Durante longa investigação e análise das memórias de Iracy sobre os primeiros momentos do golpe e os impactos sofridos, é bastante provável que a turbulência vivida pelos professores estaduais, inclusive por Iracy, no dia 1 de abril de 1964 seja correspondente ao que foi descrito por Amábíia Almeida à Comissão da Verdade Estadual da Bahia. Em depoimento, Amábíia, candidata à presidência da Sociedade Unificadora dos Professores Primários do Estado (SUPPE) em 1964, conta como aquele 1º de abril deixa de ser um dia por reivindicação de pagamento dos salários dos professores para se tornar “*o dia que duraria vinte e um anos*” (LADEIA, 2012).

1º de abril de 1964. No calendário da Secretaria da Fazenda, Bahia, dia de pagamento do professorado da rede estadual. Na rua do “Tesouro”, onde se realizava o recebimento na “boca do cofre”, cerca de mil professoras, organizadas em diversas filas. Às 8 horas foi iniciado o pagamento. De repente, as folhas foram recolhidas pelos pagadores e os guichês fechados “por ordem superior”. Estabeleceu-se o tumulto, pois ninguém sabia o que estava acontecendo. Como eu estava candidata à presidência do nosso órgão de classe (SUPPE), natural que as colegas buscassem meu apoio para a tomada de uma atitude. Decidimos por uma caminhada até o palácio da Aclamação, sede do governo do Estado, para pedir explicações ao governador. (...) Em poucas falas, relatamos o que tínhamos ouvido e que o mais prudente era nos dispersarmos, indo para nossas casas aguardar o desenrolar dos acontecimentos em curso no país. Fomos nos retirando aos grupos. Ao passar pela Praça da Piedade, percebemos de fato a gravidade da situação. Carros e soldados do exército por toda parte, invasão do Sindicato dos Petroleiros, prisões, violências, o terror estabelecido, muita gente correndo. O golpe tinha chegado à Bahia. Estávamos agora sob o comando do coronel Humberto de Mello, chefe do Estado Maior da 6ª Região Militar e do coronel Francisco Cabral, Secretário de Segurança do Estado, encarregados de cumprir as determinações dos generais golpistas. (CEV-BA, 2013/2014, p. 60)

No dia seguinte ao golpe — momento que viveu esse episódio junto aos demais professores primários — os dois irmãos de Picanço já estavam presos. Pedro Castro, então presidente do DCE detido desde a aula inaugural

na reitoria da UBA<sup>29</sup> e seu irmão mais novo, Nei Castro, que tinha procurado refúgio na residência universitária, por ser ligado à Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas (ABES), também foi levado no dia 2 de abril de 1964 quando a residência foi invadida e todos foram presos (BRITO, 2008).

O golpe empresarial-militar e o regime vão atingir duramente a vida profissional de Iracy. , Iracy já havia iniciado seu trabalho como docente junto a Universidade da Bahia, em março de 1964, a convite do diretor da Faculdade de Filosofia, José Calasans, porém sem um contrato. Com o AI-1 seu contrato com a UBA acabou nunca sendo assinado pela reitoria. Como Iracy relatou ao Projeto Memórias Reveladas:

Em março eu dei aula lá [se referindo à Universidade da Bahia], então veio o golpe. Todos nos protegemos, corremos e com isso, o diretor da Faculdade de Filosofia foi a minha casa dizer a minha mãe que eu não voltasse a universidade até que as coisas se acomodassem para que eu pudesse voltar a dar aula. Eu sabia, minha nomeação estava no gabinete do reitor, mas estaria tudo suspenso, por força disso.<sup>30</sup>

Passados os primeiros momentos do golpe, entre ter os irmãos presos, a casa invadida, seus livros apreendidos, o refúgio na casa de amigos e parentes<sup>31</sup>, Iracy, junto com seu irmão Pedro Castro, foi indiciada no inquérito que apurou as atividades do CPC e apontada como membra do Partido Comunista Brasileiro<sup>32</sup> (COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE, 2014). Dessa forma, assim como boa parte da militância na época, teve que se deslocar na clandestinidade para outro estado:

---

<sup>29</sup> “No período de abertura do ano letivo, a universidade realizava uma assembleia universitária com uma aula inaugural tendo a participação de um conferencista convidado pela reitoria e externo à instituição. (...)O reitorado teria convocado Clemente Mariani. Esta posição desagradava ao ME. (...) O que seria um evento de pompa se transformou numa arena de confronto com impacto político, inclusive para a vida profissional e pessoal de Pedro Castro que foi preso, respondeu a inquérito policial e foi excluído dos quadros da Polícia Militar” (BRITO, 2008, pp. 52-55).

<sup>30</sup> Durante a 12ª Oitiva Iracy se referiu a esse evento como “a minha primeira demissão em função do golpe”

<sup>31</sup> Após a estadia na casa de Hermano Machado, Iracy permaneceu um mês escondida na casa de uma prima no bairro de Brotas.

<sup>32</sup> O inquérito citado está disponível na plataforma Brasil Nunca Mais, na pasta BNM\_378 (3) p. 93 e 94. No entanto, infelizmente, o inquérito está bastante ilegível, sendo possível apenas a leitura que corrobora com as afirmações do relatório final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA.

Em mais ou menos junho/julho eu fui para São Paulo por força de inquérito, fui para São Paulo, lá me conectei ao Partido e continuei atuando como podia (...) o país com aquele tumulto todo, mesmo assim nós tínhamos um elo permanente que o Partido não perdia, não desistia de seus quadros, mesmo naquela repressão violenta”. (...) Fui [a São Paulo] daquela forma clássica nos ônibus, pegava um até certa cidade e depois pegava outro. Fui desse modo. (Projeto Memórias Reveladas, 2014).

No seu retorno já em 1965, foi atingida pelo AI-2 e, portanto, estava oficialmente demitida do Estado da Bahia, onde era concursada como professora da rede estadual. Cassada, sem direito ao seu emprego, fruto de concurso, recorreu ao exílio. Alguns órgãos internacionais foram responsáveis por auxiliar de alguma maneira os “inimigos do regime”. Em Salvador foi o caso da UNESCO, que, como demonstrou Clemente (2020), financiou uma série de especializações e pós-graduações em outros países para pessoas que precisavam sair do país. No caso de Iracy, mesmo tendo algumas dificuldades com relação a liberação do seu passaporte, como era também comum a perseguidos políticos, em 1966 foi ao Chile, onde realizou uma especialização em planejamento administrativo da educação na Universidade do Chile.

De volta ao Brasil, ainda foi alvo da fiscalização constante das forças repressivas que a convocaram em diferentes estados — quando por alguma razão precisou se deslocar da Bahia—, para demarcar a vigilância sob a qual estava submetida mesmo que em diversas partes do país. Por fim, Iracy ainda foi afetada por uma terceira demissão, quando a pressão da ditadura e da repressão obrigou Miguel Calmon, Governador do Estado, a afastá-la da elaboração das reformas administrativas financiadas pela USAID em 1971, do cargo de Técnico da Comissão de Planejamento Econômico (CMSMV, 2014).

Sempre muito emocionada ao falar desse momento em sua vida, a professora, acadêmica e militante que sofreu duramente os impactos do período seja por perseguições, inquéritos, demissões ou tortura psicológica, faleceu em 2019 se considerando uma vencedora, não somente pela ascensão

social e prestígio que alcançou, mas também por ter sido comunista durante praticamente toda a sua vida.

#### **4. Conclusão: apesar de você, outro dia**

Passados algumas décadas desse período em que a vida de Iracy seria atravessada pelo fato de ser comunista em cada passo dado, em suas memórias com relação ao PCB muitos elementos positivos e apaixonantes eram pungentes. Em todas os materiais analisados nesse trabalho, estava ela sempre pronta para defender o PC (como se referia na maioria das vezes), seja nas críticas ao stalinismo ou mesmo na composição social e de identidades do partido. Quando se referia aos legados dos quais mais se orgulhava da sua vida militante, destacou o aprendizado do viver coletivo e a importância da formação.

Mulher educadora, comunista até o fim de sua vida, Iracy faleceu aos 80 anos. Hoje dá nome a uma das células do Partido Comunista em Salvador: a Célula de Educação Popular Iracy Picanço. Em depoimento na décima segunda oitiva da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, realizada no dia 20 de maio de 2014, no auditório da Faculdade de Comunicação, Iracy Picanço registrou o desfecho da sua própria história:

Uma outra questão que para mim é muito importante para situar a minha presença nesse período é que eu na verdade tenho muito claro de que eu não sou vítima da ditadura. A despeito de todo processo que vivi, a mim, minha família, que vi na sociedade, que lutei contra, não me sinto vítima. Eu brincava agora com o professor Othon Jambeiro e ele me disse “vitoriosos”. Eu não tinha chegado até aí, mas vítima eu não me sentia. Me sentia parte disso, mas entendo quando eu vejo, por exemplo, ((muito emocionada)) nesse momento, nós estarmos pondo a nu o que fizeram com o grande brasileiro Rubens Paiva. Eu acho que é uma marca, eu disse a Othon, do ponto de vista coletivo, nós somos aqueles que sofreram mais nesse período, mas nós não somos vítimas, somos vitoriosos eu não tenho a menor dúvida disso.

Nos trechos de seu depoimento, Iracy relata muito emocionadamente aquilo que seria o extrato final de suas memórias a respeito do período em que sua profissão, sua militância e sua vida estiveram refém do Estado e da repressão brasileira. Como a narração do fato pela depoente se molda ao seu presente, se faz e se refaz, as várias demissões, perseguições, prisões familiares e inquéritos aparecem em seus discursos como chagas vencidas; a compreensão de que não foi, juntamente com seus colegas e camaradas, uma vítima do regime, mas sim uma vitoriosa. Vitoriosa não apenas por ser sobrevivente, mas por carregar consigo o conjunto de ideais representados na sua história. O que revela, pois, a possibilidade de Iracy ter modulado essa memória a sensação de justiça que todos os esforços da Comissão Nacional da Verdade, Comissões Municipais, Estaduais e Universitárias, além de projetos paralelos, traziam naquele momento.

Como já amplamente discutido e problematizado pela historiografia brasileira há um silenciamento, apagamento e esquecimento da memória referente ao regime militar, justificado por exemplo pela inexistência de monumentos aos mortos e desaparecidos políticos, pela Lei da Anistia (Brasil, 1979) que confere perdão aos crimes cometidos pelo Estado durante o período, pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010 de manter a legalidade dos termos da Lei da Anistia (Brasil, 1979). Tudo isso se insere no que Robin (2016) chamou de esquecimento sistemático.

Indo na direção contrária, o sentimento descrito por Iracy foi compartilhado por outros depoentes. Harildo Déda, também em depoimento à Comissão Milton Santos de Memória da UFBA, proferiu que “nós não somos vítimas, somos sobreviventes, e me dá orgulho de continuar a ser”. Essa compreensão, mesmo frente aos elementos apresentados, também pode fazer parte do que Valéria Aydos e César Figueredo (2013) demonstraram: a maneira como a categoria “vítima” foi modificada durante as últimas décadas. Também implica em como os sujeitos ressignificam essa categoria de maneira relacional, e como ao passo que a experiência traumática se distancia temporalmente, a nomeação dos fenômenos também se ajusta.

Esse trabalho se preocupou em recuperar a trajetória política de Iracy Picanço à luz de suas memórias. Ainda que esse trabalho de resgate da militância feminina baiana contribua para o avanço do conhecimento a respeito da vida e da contribuição das mulheres na história, algumas questões surgiram no processo de investigação e residem em aberto para análises posteriores que envolvam mais militantes. Por um lado, a questão específica de gênero no que tange a experiência da perseguição política ainda carece de elucidações posteriores. Como as outras mulheres da base do partido, isto é, as que não ocupavam cargos diretivos à época, viveram, vivenciaram e se organizaram antes, durante e depois do golpe militar? Como essas mulheres foram afetadas? Qual suporte foi dado pelo PCB baiano para as mulheres do partido? Esse é um caminho a ser percorrido para um debate vívido na sociedade brasileira. Além disso, resiste, junto com seus atores, a necessidade de entender como o estabelecimento de medidas institucionais como as Comissões da Verdade podem ser capazes de mudar a própria maneira que os afetados pela ditadura empresarial-militar resgatam suas experiências da época. A memória, assim como os fatos, mantém-se enquanto campo pungente de disputa.

## Referências

ABREU, M. L. G. D. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Tese. (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281667>.

ALVES, I. D. C. *Feminismos em Debate: Disputas, Contradições e Tensões (1930-1937)*.

*Oficina do Historiador*, Porto Alegre, 10, n. 2, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2018v25n40p435>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/23904>.

ALVES, I. D. C. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em:

[https://www.academia.edu/43823499/FEMINISMO\\_ENTRE\\_ONDAS\\_Mulheres\\_PCB\\_e\\_pol%C3%ADtica\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/43823499/FEMINISMO_ENTRE_ONDAS_Mulheres_PCB_e_pol%C3%ADtica_no_Brasil).

ARAÚJO, C. R. *O voto, o terço e as armas: atuação política da igreja católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Salvador. 2008. Disponível em <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11246>.

AYDOS, V., & FIGUEIREDO, C. A. A construção social das vítimas da ditadura militar e a sua ressignificação política. *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*, 15(2). 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/9521>

BACK, L. A seção feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979). Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/122796/326942.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

BARATA, A. *Vida de um revolucionário: memórias* (Vol. 2). São Paulo: Alfa-Omega. 1978.

BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega. 1976

BERLINK, M. T. *O Centro popular de cultura da UNE*. Papyrus Livraria Editora. 1984

BORDONE, Sandro. Il contrasto sino-sovietico e la polemica tra PCI e PCC. *Il politico*. v.22. n.2 p. 282-315, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43208504>.

BOYER, P. What Are Memories For Functions of Recall in Cognition and Culture. Em P. Boyer, & J. V. Wertsch (Eds.), *Memory in Mind and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press. 2009.

BRASIL. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*. Presidência da República, Casa Civil. 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poderl](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poderl). Acesso em: 07/03/2022.

BRASIL. *LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011*. Presidência da República, Casa Civil. 2011. Acesso em 12 de Dezembro de 2020, disponível em

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm). Acesso em: 07/03/2022.

BRITO, A. M. *O golpe de 1964, O Movimento Estudantil na UFBA e à Resistência a Ditadura Militar (1964-1968)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em História, Salvador.2008. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1\\_o\\_golpe\\_de\\_1964\\_o\\_movimento\\_estudantil\\_na\\_ufba\\_e\\_a\\_resistencia\\_a\\_ditadura\\_militar\\_1964-1968.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_o_golpe_de_1964_o_movimento_estudantil_na_ufba_e_a_resistencia_a_ditadura_militar_1964-1968.pdf).

CEV-BA. *Relatório de Atividades da Comissão Estadual da Verdade da Bahia*. Salvador: Estado da Bahia. 2013/2014 Disponível em: <http://www.comissaoestadualdaverdade-bahia.uneb.br/relatorios.html>. Acesso em: 07/03/2022.

CLEMENTE, J. E. *Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da de físicos*. Sagga editora Salvador.2020.

CONSUNI. *Resolução nº 10, de 25 de outubro de 2013*. Ministério da Educação, Universidade Federal da Bahia. 2013. Disponível em <https://portal.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2010.2013.pdf>. Acesso em: 07/03/2022.

DE FREITAS, S. M. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas. 2006.

DREIFUSS, R. A. *1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes. 1987.

FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1988.

FERREIRA, M. d. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

GOMES, A. d. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, 28. 2002. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56ce86db43e1a02f3e03/>.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada* (2 ed.). São Paulo: Attica. 1987.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro. 2003.



KADNIKOVA, A. *The Women's International Democratic Federation World Congress of Women, Moscow, 1963: Women's Rights and World Politics during the Cold War*. Budapest: Central European University. 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/1396754/The Womens International Democratic Federation World Congress of Women Moscow 1963 Womens Rights and World Politics during the Cold War](https://www.academia.edu/1396754/The_Womens_International_Democratic_Federation_World_Congress_of_Women_Moscow_1963_Womens_Rights_and_World_Politics_during_the_Cold_War).

LADEIA, K. (Produtor), & Tavares, C. G. (Diretor). *O dia que durou 21 anos* [Filme Cinematográfico]. 2012.

LOBO, D. A. Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia. Dissertação. (Mestrado em Memória.) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista. 2017. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Daniella-Ata%C3%ADde-L%C3%B4bo.pdf>.

MORAES, D. d. *A esquerda e o golpe de 64* (3 ed.). São Paulo: Expressão Popular. 2011

MOREIRA, V. M. O CPC da UNE na Bahia. In: *Ditadura Militar na Bahia: Historias de Autoritarismo, Conciliação e Resistência*. Salvador: EDUFBA. 2014.

NABÃO, M. T. Algumas questões acerca da utilização de fontes orais no âmbito da pesquisa histórica. *Pós-História Revista de Pós-Graduação em História*, v. 8, pp. 121-143. 2000.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, 5(10), pp. 200-215. 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (9 de Abril de 1964). *Ato Institucional nº 1*. Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 07/03/2022.

PRESTES, A. L. A que herança devem os comunistas renunciar? *Oitenta*, 4, pp. 197-223. 1980. Disponível em: [http://www.ilcp.org.br/prestes/images/stories/florestan/A\\_QUE\\_HERANCA.pdf](http://www.ilcp.org.br/prestes/images/stories/florestan/A_QUE_HERANCA.pdf).

REIS, D. A. *Memória(s) Militante(s): Narrativas Autobiográficas e Imagens de Resistência em Derlei Catarina De Luca (1966-1973)*. Dissertação. (Mestrado em

História) Universidade Federal da Bahia, Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32005>.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, 2(2), pp. 113-128. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84806>. 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>.

SANTANA, E. L. Campanha de desestabilização de Jango as "donas" saem às ruas. Em G. C. ZACHARIADHES, *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA. 2009.

SANTANA, F. d. *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: A reforma universitária no centro da luta política*. Tese. (Doutorado em História) São Paulo: USP. 2015. DOI: 10.11606/T.8.2015.tde-29072015-141646. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29072015-141646/en.php>.

SANTANA, M. A. Um partido em dois tempos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas conjunturas pré e pós golpe de 1964. *Avances del Cesor*, 22, pp. 173-187. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/avances/v17n22/v17n22a09.pdf>.

SANTOS, L. D. Alternativa para o progresso: o nacionalismo-desenvolvimentista, seus intelectuais e o planejamento educacional nos anos 1960 no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e057>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/LhLVqFpV9VKDfXTVTDgMyMD/?lang=pt>.

SCHWARZ, R. *O Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

SIMÕES, S. d. *Deus, pátria e família : as mulheres no golpe de 1964 / Solange de Deus Simões*. Petrópolis: Vozes. 1985.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra. 1992.

TAVARES, B. M. M. *Mulheres Comunistas: Representações e práticas femininas no PCB (1945-1979)*. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2003.

TRAVERSO, E. *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Edições UNIPOP. 2012.

TRINDADE, H. A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro. *Anos 90*, 18, pp. 129-164. 2011. DOI:10.22456/1983-201X.24413. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/265408938\\_A\\_Legalidade\\_e\\_o\\_Movimento\\_Estudantil\\_Brasileiro](https://www.researchgate.net/publication/265408938_A_Legalidade_e_o_Movimento_Estudantil_Brasileiro).

VINHAS, M. *O Partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec. 1982.

Recebido em janeiro de 2022.  
Aprovado em julho de 2022.